

Krenak: somos aliados do futuro

Kátia Aguiar

Roque de Sa

"O que importa para o índio hoje não é quem vai ser o próximo presidente da República, ou qual o novo nome que estará à frente da Fundação Nacional do Índio. O que interessa é se a Funai a partir de agora, — quando o Estado terá nova face com o arranjo social em caminho, — vai tratar o índio como obstáculo ao desenvolvimento econômico ou se vai perceber que somos os aliados do futuro". Assim, o índio Ailton Krenak, 31 anos, jornalista e coordenador de publicação da Regional Sul da União das Nações Indígenas (UNI), pensa a respeito do futuro do órgão tutelar que na próxima quarta-feira, dia 5, completa 17 anos.

— Tratam-nos como se fôssemos figuras do passado, animais pré-históricos. Mas, se existe alguma perspectiva de futuro nesta nação nós estamos dentro dela. Não temos que ficar lembrando Pedro Álvares Cabral. Ele não é nossa referência histórica. Ele é um episódio na história dos navegantes. O Estado desde a sua chegada ao Brasil não disse o que pensa de nós, que já nos manifestamos a respeito de como o vemos, inclusive no recente Simpósio que recebeu o título de Índios e Estado, diz Krenak.

Ele observa que apesar da importância desse tipo de encontro, onde aliados aos brancos os silvícolas tentam uma diretriz melhor para sua sobrevivência, na maioria das vezes o resultado fica apenas na imensa lista de documentos sobre a questão indígena. Mesmo assim, confiante, ele defende a realização dos encontros, principalmente a partir do "novo arranjo social" para que o Estado reconheça a existência de órgãos e conselhos indígenas e atenda às suas necessidades.

— Até agora não dá para avaliar a política indigenista executada pelo Governo Figueiredo e a de governos dos últimos 17 anos. Na verdade, até agora as terras dos índios foram consideradas espaços vazios e o Governo as entrega às empresas multinacionais e aos poderosos grupos econômicos, partindo do princípio de que nós "não existimos", lamenta Krenak.

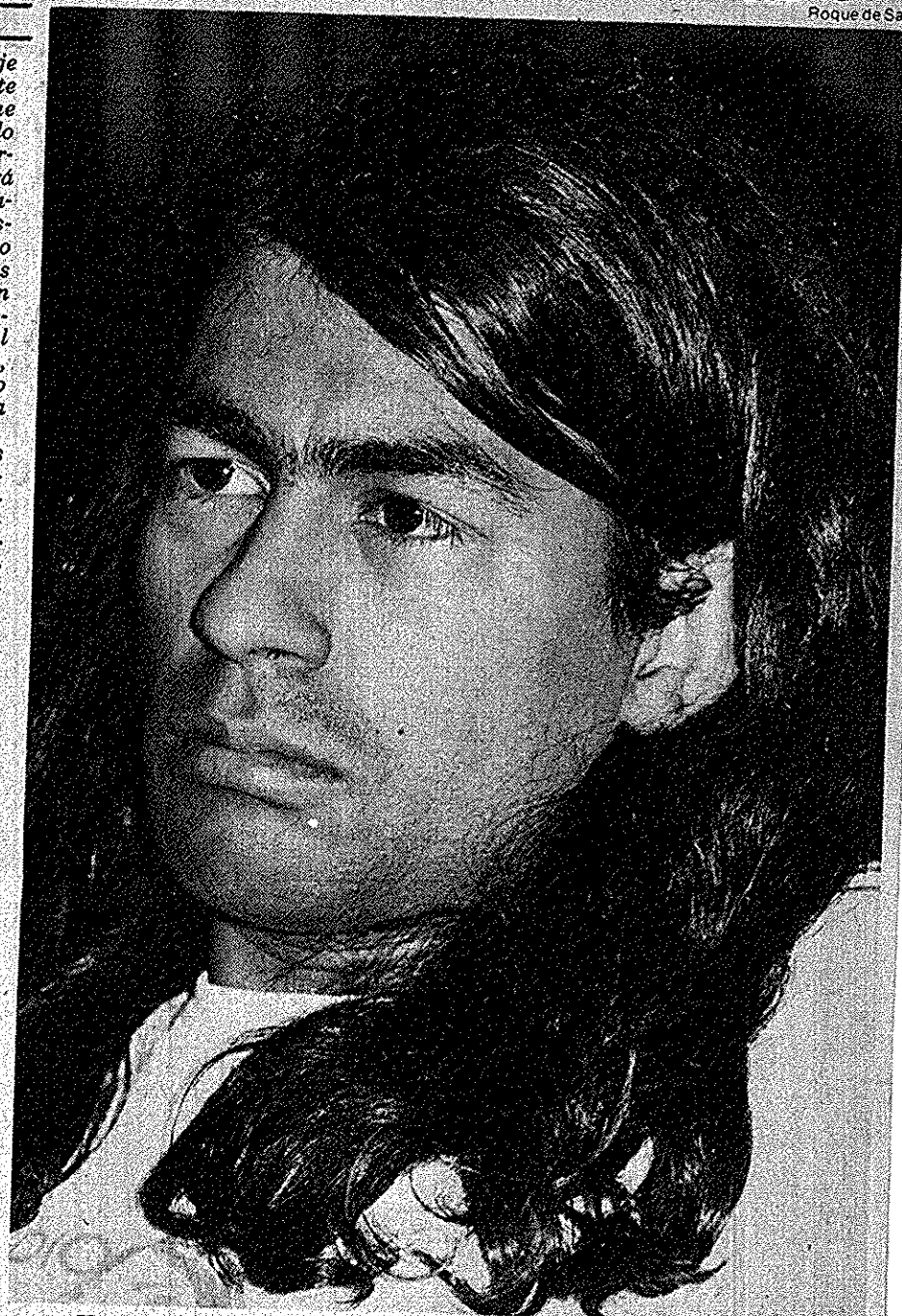
Para ele, o Estado não pode continuar a ver os índios "como mato que se corta e se planta prédios no lugar". Insiste em que não é contra o progresso, mas apenas discorda da forma como é realizado que é "de barbarizar a natureza, incluindo nela o índio".

— Não somos contrários ao desenvolvimento, mas, para os povos indígenas o Estado tem se constituído, em nome do progresso, num bloco de ações que vai desde o extermínio, invasão das terras, violência, descaracterização cultural até a dominação colonialista, acentua.

Segundo ele, os grandes empresários nada mais são que "os tataranetos dos bandeirantes, que dizimavam os índios com carabinas, enquanto aqueles utilizam para esse fim o avanço da tecnologia: o computador", e por isso até hoje o índio não tem o tratamento merecido. E como exemplo disso, ele aponta os atos das secretarias de agricultura dos Estados, Funai, Ministério do Interior, e outros.

A minha esperança — prossegue Krenak — é que a população indígena tenha dentro desse novo arranjo social que se firma, força substancial para introduzir mudanças do Estado com relação a ela, o que não vai ser conseguido como manifestação de caridade, mas é algo que terá que ser conquistado, fala.

"A política indigenista está falida. A saída é a interapropriação do indigenismo. A volta ao passado". A conclusão do sertanista José Porfírio Carvalho está baseada na constatação do total descumprimento do Estatuto do Índio (criado em 1973) por parte dos órgãos



Krenak diz que índio não é mato que se corta para plantar prédios

afins, e pela falta de normas concretas de atuação da Funai, que desde 1967 funciona ao sabor da vontade de seus administradores que desde aquele ano já contou com nove presidentes sendo que somente em 1984 três pessoas foram elevadas a aquele cargo.

— Antes da criação do Estatuto, a política indigenista apesar de não existir em forma de documento único sobre os direitos dos índios, existia na prática com indigenistas formados na escola do marechal Rondon. Havia pessoas como Francisco Meirelles, Gilberto Pinto Figueiredo, Telesforo Fontes, que por suas próprias figuras impunham respeito às comunidades indígenas. Até mesmo as invasões de terras eram impedidas por um simples expediente da Funai. Com o advento da Lei 6001 (Estatuto do Índio) e consequente alteração da política indigenista praticamente a tradição de respeito aos direitos dos índios foi colocada de lado e ela própria passou a ser descumprida desde a sua publicação, afirma Carvalho.

Ele diz, ainda, que os trabalhos indigenistas realizados desde então, aconteceram porque alguns sertanistas e indigenistas assumiram pessoalmente essa responsabilidade. "Fora isso é a lei no vazio".

Carvalho se queixa da política indigenista ser feita hoje mais por "motoristas de caminhão, atendentes de enfermagem, caixeiros viajantes, donos de botequim, ao invés de por antropólogos e entidades de apoio ao índio, que passaram a exercer essa política nos

corredores de universidades, nos salões de simpósios e páginas de jornais".

Corrupção

— Quando o Serviço de Proteção ao Índio foi extinto, ele estava numa situação similar a que se encontra hoje a Funai, — que surgiu para substituí-lo com uma esperança de que uma nova política seria colocada em prática e que iria sanar os erros cometidos pelo SPI. Naquela época, o SPI tinha a marca do empreguismo, da corrupção, e da postura antiindigenista, lembra Carvalho.

De acordo com ele, o relatório de apuração da corrupção naquele período hoje suscita risos "tamanho é a corrupção de agora". Coisas bem piores vêm acontecendo como a compra irregular da sede da Funai — que é um escândalo nacional — e o arrendamento da serraria de Tucuruí à Capemi".

— O autor desses escândalos tem cargo de confiança no Ministério do Interior. É o atribulário coronel João Carlos Nobre da Veiga, ex-presidente da Funai, diz Carvalho.

Por tudo isso, o sertanista vê a mudança política no Brasil com "grande preocupação", a despeito de lhe agradar o retorno à democracia, porque "Tancredo Neves para ser eleito (ele já o considera assim) teve de fazer alianças com vários grupos econômicos cujos interesses se contrapõem aos dos índios, e quando eles começarem a cobrar do presidente a defesa dos seus objetivos, com quem ficará Tancredo?".